

Governo fala em ^{“econômico - Brasil”} “esforço” de R\$ 4,5 bi

SÍLVIA MUGNATTO
E EUGÊNIA LOPES

BRASÍLIA – O ministro da Fazenda, Pedro Malan, disse ontem no Congresso Nacional que o governo e o Fundo Monetário Internacional (FMI) estão negociando um “pequeno esforço fiscal adicional” equivalente a 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB). Esforço fiscal é a soma de corte de gastos e aumento de arrecadação. Como o governo promete não aumentar impostos, os R\$ 4,5 bilhões adicionais (supondo estimativas do fim do ano passado para o PIB de 1999) devem vir através de mais cortes de despesas e combate à sonegação.

Somado à meta de superávit pri-

mário (receita menos despesas, sem levar em conta o pagamento de juros das dívidas) acertada em outubro do ano passado, o esforço fiscal do governo este ano sobe para 3,1% do PIB. O novo esforço elevaria para R\$ 28,2 bilhões o superávit total.

Segundo o deputado Fetter Júnior (PPB-RS), o ministro garantiu que este adicional não será alcançado por meio de aumento de impostos. O ministro, de acordo com o deputado Eduardo Paes (PFL-RJ), defendeu a manutenção da Petrobras como uma empresa estatal, mas afirmou que o governo estuda a parceria do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal com instituições estrangeiras. Segundo Malan, isto poderia ser feito nos moldes do que

aconteceu com o Banco Meridional, que foi privatizado.

Visita – Malan e o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, estiveram ontem com as bancadas do PFL e do PPB para pedir a aprovação da prorrogação da CPMF com alíquota de 0,38%. “O ministro disse que o acordo com o FMI está condicionado à votação da CPMF”, afirmou Fetter Júnior. “É uma obviedade dizer que a aprovação da CPMF é fundamental para o programa de estabilidade fiscal”, repetiu Malan sem citar o FMI.

Para o esforço adicional, segundo Fetter, Malan prometeu fazer economia, melhorando a máquina administrativa, reduzindo despesas e comba-

tendo a sonegação. “O ministro disse que não concorda com aumentos de tributos neste momento de dificuldades para toda a sociedade. Ele afirmou, inclusive, que a votação do novo imposto sobre combustíveis, o imposto verde, deveria acontecer no âmbito da reforma tributária”, contou o deputado.

Malan não quis revelar qual é a nova estimativa do governo para o PIB deste ano. Pelos números negociados junto ao FMI no ano passado, o PIB ficaria em R\$ 911 bilhões este ano, o que equivaleria a uma queda de 1% em relação a 1998. O número, porém, ficou maior que o PIB calculado pelo IBGE para 1998, de R\$ 901 bilhões. A queda do número para 1999 – por causa da recessão – poderá ser de até 3,5%.